

**III Programa de Ação para a Prevenção e Eliminação da  
Mutilação Genital Feminina 2014-2017**

**Relatório de Execução**

**Junho de 2018**



**Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género**  
Presidência do Conselho de Ministros



**ANOS | CIG**  
ATÉ À IGUALDADE

## **Índice**

I - Nota introdutória .....	3
II – Nota metodológica .....	4
III - Dados relativos à execução física do III PAPEMGF .....	6
IV - Conclusões e Avaliação Global .....	26

## **I - Nota introdutória**

O III PAPEMGF 2014-2017 constitui parte integrante do V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género 2014 -2017, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 102/2013, de 31 de dezembro. Esta opção assenta no entendimento de que a MGF constitui uma forma de violência de género, em consonância com a Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica.

O III PAPEMGF manteve, no essencial, as principais linhas de ação do Programa de Ação anterior, prevendo um reforço de intervenção em algumas medidas que se revelam estruturais para o desafio da erradicação da MGF, nomeadamente a formação e a capacitação de profissionais que, de alguma forma, podem ter contacto com a problemática da MGF, tendo-se nele introduzido formalmente novos intervenientes e grupos-alvo de formação, como sejam os(as) técnicos(as) das CPCJ e o pessoal não docente dos estabelecimentos de todos os níveis de ensino. Prevê, ainda, a criação de um grupo multidisciplinar específico para replicação da formação, na sequência das ações desenvolvidas junto de profissionais de saúde bem como o exercício do seu papel de pontos focais nos territórios de risco onde desenvolvem a sua atividade profissional.

O III Programa de Ação propôs-se igualmente atuar de um modo mais incisivo nas comunidades em risco, mobilizando de forma mais intensa as organizações não-governamentais, em especial as associações de imigrantes. Nesse sentido, e para além das entidades que compunham o grupo de trabalho intersectorial responsável pela implementação do Programa anterior, vieram a integrá-lo três associações de imigrantes representativas de comunidades de nacionais de Estados onde se pratica a MGF, designadamente a AMRT – Associação de Melhoramentos e Recreativo do Talude, a AJPAS – Associação de Intervenção Comunitária, Desenvolvimento Social e de Saúde e a Associação Balodiren.

Também a Procuradoria-Geral da República (PGR) e o Conselho Superior da Magistratura (CSM) passaram a estar representados neste grupo de trabalho, no qual intervieram, nos termos dos respetivos estatutos e no âmbito das suas atribuições.

Estas entidades vieram pois reforçar o grupo de trabalho constituído por representantes pelas seguintes organizações: Alto Comissariado para as Migrações (ACM), Camões ICL, Comissão

Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPJ), Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), Direção-Geral da Saúde (DGS), Direção-Geral de Educação (DGE), Direção-Geral de Políticas de Justiça (DGPJ), Escola da Polícia Judiciária (EPJ), Ministério da Administração Interna (MAI), Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Organização Internacional para as Migrações (OIM); Associação para o Planeamento da Família (APF) e União das Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR).

A Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, na qualidade de entidade coordenadora do Programa de Ação, convidou ainda a participar ativamente nos trabalhos decorrentes da implementação do mesmo, em 2016, outras organizações da sociedade civil, designadamente, a organização não-governamental P&D Factor - Associação para a Cooperação sobre População e Desenvolvimento, bem como as três associações distinguidas pela 3ª edição do prémio “Contra a MGF – Mudar Agora o Futuro”, com projetos em curso, designadamente, a AFAF – Associação dos Filhos e Amigos de Farim, a Associação Mulheres sem Fronteiras e o Movimento Musqueba - Associação de Promoção e Valorização da Mulher Guineense.

A Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género convidou ainda a participar nos trabalhos, o SEF - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, porquanto se considerou essencial o seu contributo, no propósito da erradicação da MGF.

## **II – Nota metodológica**

A recolha de informação efetuada, com o objetivo de produzir o presente relatório relativo à execução do III PAEMGF em 2017, consistiu na análise dos dados disponibilizados pelas várias entidades que integram o Grupo de Trabalho Intersectorial responsável pela sua execução, às quais se solicitou o preenchimento de um instrumento de monitorização concebido para o efeito. Para além dos indicadores que constam do próprio quadro de Áreas Estratégicas e Medidas do III PPEMGE, solicitaram-se informações complementares que permitissem a melhor compreensão das intervenções ocorridas no período em apreço, designadamente, a indicação das entidades colaborantes nas ações, os públicos-alvo, o ponto de situação, os objetivos, os resultados alcançados e os impactos. Importa referir que algumas entidades não completaram o preenchimento do referido instrumento ou não disponibilizaram informações complementares que permitissem dar resposta aos indicadores de resultados previstos no

Programa de Ação. Outras, designadamente a PGR, o MAI, o IEPF, a CPLP, a OIM e a AMRT, não fizeram qualquer reporte. Em alguns casos muito pontuais, entendeu-se que algumas atividades desenvolvidas pelas entidades parceiras davam, substancialmente, resposta a medida(s) outra(s) que não apenas aquela que nos foi reportada, pelo que se procedeu à replicação do seu descritivo na(s) mesma(s).

O grupo de trabalho intersectorial responsável pela implementação do III Programa de Ação para Prevenção e Eliminação da Mutilação Genital Feminina reuniu, no dia 10 de novembro de 2017, no âmbito do processo de preparação e recolha de contributos para a nova Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação 2018-2030, no que concerne especificamente, às problemáticas da MGF e outras práticas tradicionais nefastas.

Apresenta-se, seguidamente, a descrição sucinta das principais ações promovidas e reportadas pelas diferentes entidades, que integram o Grupo de Trabalho responsável pela implementação do III Programa de Ação para a Prevenção e Eliminação da Mutilação Genital Feminina 2014-2017, no seu último ano de vigência.

Apresenta-se ainda no capítulo final uma síntese global da execução do III PAPEMGF 2014-2017.

### **III - Dados relativos à execução física do III PAPEMGF**

#### *ÁREA ESTRATÉGICA 1- PREVENIR*

##### **Medida 1**

*Promover ações de sensibilização junto de profissionais que trabalham nas comunidades em risco, integrando a problemática da MGF nos seguintes temas: cidadania e igualdade de género, saúde sexual e reprodutiva, violência de género e boas práticas na eliminação da MGF.*

No dia 5 de fevereiro, em Sintra, a CIG procedeu à entrega do prémio “Contra a Mutilação Genital Feminina – Mudar aGora o Futuro”, às entidades distinguidas na sua 3ª edição, nomeadamente, à Associação dos Filhos e Amigos de Farim, à Associação Mulheres Sem Fronteiras e ao Movimento Musqueba. Na mesma ocasião, foi exibido o filme documentário “Este é o Meu Corpo” produzido pela jornalista e documentarista Inês Leitão. Esta iniciativa contou com a presença do Ministro-adjunto, da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, do Presidente da Câmara Municipal de Sintra, da Presidente da Câmara Municipal da Amadora, bem como da Presidente da CIG. Esta sessão contou com a presença de cerca de 100 pessoas, na sua maioria pertencentes às comunidades de risco, residentes fundamentalmente nos concelhos de Sintra e Amadora.

Com vista a assinalar o Dia Internacional de Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina, no dia 6 de fevereiro, teve lugar o II Encontro Regional para a Intervenção Integrada pelo Fim da MGF. Este evento, decorrido no Concelho de Sintra, foi organizado por um conjunto alargado de organizações da sociedade civil e autarquias, ao qual se associaram a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género e o Alto Comissariado para as Migrações.

Esta iniciativa teve mais uma vez como principal objetivo promover uma reflexão conjunta sobre a intervenção territorial de prevenção da MGF pelas diferentes redes existentes na área da Grande Lisboa, possibilitando a troca de experiências entre os diferentes atores prioritários na intervenção, tendo como propósito consolidar os mecanismos de sinalização e encaminhamento de casos, em contexto de rede integrada.

Estiveram presentes 152 pessoas, profissionais de diversas áreas, maioritariamente, profissionais de saúde, técnicos/as de proteção de menores, técnicos/as de autarquias, órgãos de polícia criminal e docentes. Estiveram presentes ainda pessoas das comunidades de risco,

designadamente da Guiné-Bissau e Guiné-Conacri, mobilizadas por associações que as representam.

Estes encontros regionais de periodicidade anual são uma iniciativa da sociedade civil promovida e organizada por um grupo de trabalho constituído, nesta edição, pelas seguintes entidades: CIG, ACM, Câmara Municipal de Sintra, Câmara Municipal da Amadora, Câmara Municipal de Lisboa, Câmara Municipal do Seixal, UMAR, APF, P&D Factor, AFAFC, Aguienso, AJPAS, Associação Mulheres Sem Fronteiras, Balodiren, GTO - Grupo de Teatro do Oprimido e Movimento Musqueba. Este coletivo determinou que a edição seguinte teria lugar no concelho do Seixal, com o especial envolvimento da Câmara Municipal do Seixal, pelo que no final no ano se voltou a reunir para o preparar. Esta atividade dá igualmente cumprimento à Medida 13.

A Associação Mulheres sem Fronteiras promoveu uma ação de sensibilização sobre MGF a 14 técnicos/as do ACM. Ao longo do ano realizou ainda inúmeras tertúlias em torno do filme documentário “A tua voz” realizado por Margarida Gil, no âmbito de projeto distinguido pela edição anterior do Prémio “Contra a MGF – Mudar aGora o Futuro”, promovido pelo Teatro do Oprimido de Lisboa. Estas sessões, predominantemente ocorridas em escolas da área metropolitana de Lisboa, mobilizaram no total 281 pessoas (199M; 82M), maioritariamente alunos/as e docentes, com uma forte presença de meninas, raparigas e mulheres sobreviventes das comunidades afetadas.

## **Medida 2**

*Organizar estratégias comunitárias de combate à MGF através da criação de redes de ação em territórios de risco, constituídas por interlocutores locais privilegiados.*

No cumprimento desta medida, a APF, no âmbito do projeto “Change Plus,” promoveu a formação de agentes comunitários (56 horas) e a subsequente implementação de rede nas comunidades, envolvendo 7 associações de imigrantes representativas das comunidades de risco de MGF e outras práticas tradicionais nefastas. Também no âmbito de um outro projeto (“Chat”), a APF formou agentes comunitários, contemplando pessoas de 8 associações.

A DGS reportou o funcionamento em rede do ACES Amadora, a qual se concretiza através da articulação entre a CPCJ Amadora, o Hospital Dr. Fernando da Fonseca (Urgência e NHACJR HFF), a procuradora do Ministério Público daquele Concelho em concreto, e outros parceiros

locais. Esta rede tem como objetivo melhorar a referenciação das crianças em risco de MGF e das mulheres vítimas de MGF, naquele território.

### **Medida 3**

*Incentivar e apoiar as organizações não-governamentais, designadamente associações de imigrantes no desenvolvimento de atividades que contribuam para a prevenção e a eliminação de práticas tradicionais nocivas, nomeadamente a MGF.*

A APF realizou uma ação de formação com a duração de 12 horas sobre desenho de projetos em MGF, na qual participaram 5 associações de imigrantes. Esta iniciativa teve como objetivo incentivar as ditas associações a desenvolverem atividades sobre MGF e capacitá-las no sentido de lhes possibilitar, nomeadamente, o recurso a fontes de financiamento para o desenvolvimento de projetos sustentáveis sobre MGF.

A APF apoiou ainda algumas ações desenvolvidas pelas associações AFAFC e Musqueba, no âmbito dos projetos distinguidos pelo prémio “Contra a MGF – Mudar aGora o Futuro”, designadamente, na qualidade de entidade formadora.

### **Medida 4**

*Elaborar e disseminar materiais informativos e formativos sobre a MGF.*

Em parceria com a AJPAS, a P&D Factor coproduziu e participou na apresentação pública do vídeo "A(s) Voz(es) Contra a MGF" no dia 4 de fevereiro, na Biblioteca Municipal da Amadora. A P&D Factor procedeu à distribuição da Caixa Pedagógica de Imagens (produto lançado pela associação no ano transato), junto de profissionais de saúde e ativistas na Guiné-Bissau.

A mesma associação procedeu ainda à produção e divulgação de 3 entrevistas e 1 artigo especificamente sobre a problemática da MGF.

A campanha de sensibilização aeroportuária “O Direito a Viver sem Mutilação Genital Feminina” foi (re)lançada nos períodos de férias escolares da Páscoa e Verão (entre 5 e 18 de abril e entre 23 de junho e 15 de setembro), nos aeroportos de Lisboa, Porto e Faro. Esta campanha consistiu na distribuição de centenas de folhetos e afixação de cartazes nas zonas de embarque. Esta campanha resulta de uma iniciativa conjunta do Governo, em parceria com várias entidades públicas e privadas, designadamente com a CIG.

A associação Balodiren levou a cabo, no mês de julho, ações de distribuição de folhetos de sensibilização sobre a prevenção da MGF, em espaços públicos do concelho de Sintra, nomeadamente nas estações dos comboios e nas paragens de autocarros, em Rio de Mouro, Algueirão, Mem Martins e Tapada das Mercês.

#### **Medida 5**

*Fomentar a inclusão do tema da MGF nos referenciais de educação para a saúde, educação para o desenvolvimento, cidadania e igualdade de género.*

No período em apreço, foi elaborado o Referencial de Educação para a Saúde (Educação alimentar e atividade física; Prevenção do consumo de substâncias psicoativas, Educação sexual e prevenção de IST; Saúde mental e prevenção da violência), no qual se encontra incluído o tema da MGF. Este referencial resultou do trabalho conjunto da DGE e DGS.

#### **Medida 6**

*Promover o desenvolvimento, nos níveis de ensino básico e secundário, de projetos sobre a MGF.*

Medida calendarizada e executada em 2015.

#### **Medida 7**

*Fomentar a inclusão do tema das práticas tradicionais nocivas, designadamente a MGF, nos currícula académicos dos cursos de licenciatura e pós-graduação, nomeadamente de saúde, ciências humanas, sociais e criminais.*

No 1º semestre de 2017 realizou-se a 2ª edição do curso de pós-graduação em Saúde Sexual e Reprodutiva, com especialização em Mutilação Genital Feminina promovido pela Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Setúbal (ESS/IPS), no âmbito de um protocolo estabelecido com a CIG, a DGS, a APF e a ESS/IPS, dirigido a profissionais de saúde da Península de Setúbal. Frequentaram este curso de pós-graduação, 29 mulheres e 1 homem. Este curso teve a duração de 162 horas e decorreu entre os meses de fevereiro e junho de 2017. No total, 94 pessoas (89 M/ 5 H), frequentaram estas pós-graduações no quadriénio 2014-2017 (1 edição na Escola Superior de Enfermagem de Lisboa e 2 na Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Setúbal). Esta atividade dá igualmente cumprimento à Medida 21.

No mês de fevereiro, a DGS explorou o tema da MGF em uma aula sobre Saúde Sexual e Reprodutiva destinada a alunos do mestrado de Psicologia da Saúde do Instituto Superior de Psicologia Aplicada (15M/1H), tendo ainda dinamizado, em maio, um *workshop* sobre MGF e Saúde, no âmbito da Unidade Curricular de Sexologia Clínica, a alunos do 4º ano de Medicina (40-50 assistentes); finalmente, apresentou o tema no módulo “Políticas atuais Saúde sexual e reprodutiva (informação/legislação)”, da Pós-graduação em Sexologia, promovida pela Sociedade Portuguesa de Sexologia Clínica, dirigida a 25 alunos/as.

### **Medida 8**

*Divulgar informação sobre a problemática da MGF enquanto violação dos Direitos Humanos de mulheres e meninas, nos meios de comunicação social.*

A CIG e o ACM procederam à divulgação regular de informação e materiais sobre MGF pelos seus canais de comunicação.

Por ocasião do dia 6 de fevereiro, Dia Internacional de Tolerância Zero à MGF, a presidente da CIG concedeu entrevista ao programa “Bem-vindos” da RTP África, dedicado especificamente à problemática da MGF, tendo participado no mesmo programa representante da Associação de Intervenção Comunitária, Desenvolvimento Social e de Saúde (AJPAS). Na mesma ocasião, a presidente da CIG foi entrevistada para o programa “Etnias” da RTP2. Participou no mesmo programa pessoa representante da P&D Factor.

A representante da DGS no grupo de trabalho responsável pela execução do III PPEMFGF concedeu entrevista subordinada ao tema da MGF ao jornal Expresso.

A P&D Factor desenvolveu uma campanha intitulada “#Simigualdade” entre os dias 11 de novembro de 2017 e 10 de janeiro de 2018, com o envolvimento ativo de 60 mulheres da Guiné-Bissau e de Portugal (30/30), na sua qualidade de ativistas. Esta associação pronunciou-se sobre os direitos humanos das mulheres e meninas no programa Sociedade Civil, RTP2, por ocasião do Dia Internacional da Raparigas, a 11 de outubro, bem como colaborou ativamente num artigo no jornal “Público” com o título “Sim Igualdade: Os direitos humanos pelo presente e futuro da humanidade”. Concedeu ainda entrevista sobre MGF e sobre o projeto de cooperação que se encontra a promover na Guiné-Bissau, no programa “Causa e Efeito”, na RTP África, a 17 de novembro. Finalmente, a campanha intitulada “#Simigualdade”, foi apresentada no programa “Sociedade Recreativa”, exibido na RTP1.

### **Medida 9**

*Monitorizar e atualizar a implementação das orientações técnicas na área da saúde.*

A Orientação Técnica da DGS sobre MGF (Orientação nº 005/2012 de 06/02/2012 - Atualização de 22/03/2012) prevê a aplicação de um questionário aos profissionais de saúde sobre o conhecimento da problemática e das próprias orientações na área da saúde. Entre janeiro e março, a DGS procedeu ao envio e receção do questionário sobre MGF destinado a profissionais de saúde. Os resultados do mesmo estão em análise e traduzir-se-ão, eventualmente, numa atualização da referida Orientação.

### **Medida 10**

*Produzir uma circular, dirigida às CPCJ, com orientações técnicas sobre a forma como os/as técnicos (as) devem atuar para prevenir a prática de MGF nos territórios onde esta problemática está referenciada.*

Medida calendarizada e executada em 2014.

### **Medida 11**

*Enriquecimento do módulo “saúde, imigração e diversidade” da Bolsa de Formadores do ACIDI com informação sobre a MFG.*

Medida calendarizada e executada em 2014.

### **Medida 12**

*Criação de uma bolsa de formadores sobre MGF e ou capacitação de formadores(as) acreditados/as da área da igualdade de género para trabalhar também o tema da MGF.*

Medida calendarizada e executada em 2016.

### **Medida 13**

*Realizar e participar em seminários sobre a MGF.*

O II Encontro Regional para a Intervenção Integrada pelo Fim da MGF, realizado no dia 6 de fevereiro, em Sintra, foi promovido por um conjunto alargado de organizações, algumas das

quais pertencentes ao grupo de trabalho responsável pela execução do III PAPEMGF (Vide Medida 1).

A DGS participou ativamente na apresentação pública da rede europeia “END FGM”, promovida pela APF, assim como na apresentação pública da Plataforma Europeia de Conhecimento – Unidos para Acabar com a Mutilação Genital Feminina, no dia 22 de março.

A DGS e a CIG participaram ativamente no “III Seminário Internacional MAP – MGF; Respostas Internacionais ao caso MGF”, promovido pelo Centro de Estudos Internacionais - Instituto Universitário de Lisboa (CEI-IUL), no dia 28 de setembro. O ACM e as associações P&D Factor, Mulheres sem Fronteiras, Balodiren e a AFAFC marcaram presença.

A P&D Factor participou no “*Building Bridges Between Africa and Europe to Tackle FGM - workshop* na Conferência anual da EURONGOS” em Bruxelas, a 27 de setembro, bem como no curso de voluntariado da associação Corações com Coroa sobre MGF e casamentos precoces e forçados. A associação participou ainda no “Debate sobre Meninas e Raparigas: Educação, Saúde, Igualdade e Direitos” com jovens e o Prof. corânico Malam Djassi no dia 11 de outubro, em Lisboa, bem como no seminário sobre a Convenção de Istambul, a 24 de novembro, promovido pela UMAR.

A Associação dos Filhos e Amigos de Farim, participou ativamente no *workshop* de apresentação da plataforma do curso *on-line* sobre MGF a 22 de março, organizada pela APF.

A associação Balodiren promoveu em 2017 um conjunto alargado de *workshops*, nos quais se abordou a problemática da MGF, nomeadamente: organizou um *workshop* intitulado “Prevenção e Sensibilização contra práticas da MGF”, no dia 8 de março, na Casa da Juventude da Tapada das Mercês, bem como um outro *workshop* que teve por título “Mutilação Genital Feminina e os direitos das Mulheres”, em Rinchoa, Rio Mouro, no dia 24 de abril de 2017. Nos dias 12 e 21 de julho, tiveram lugar mais dois *workshops* temáticos de informação e sensibilização sobre Mutilação Genital Feminina e suas consequências na vida das crianças e mulheres, no dia 12 de julho, na Casa da Juventude, em Tapada das Mercês, concelho de Sintra. A APF colaborou nesta iniciativa.

A Associação Mulheres sem Fronteiras organizou uma Conferência Internacional intitulada “Meninas e Raparigas entre Direitos e Tradição: Excisão e outras praticas nefastas”. A iniciativa, que visou assinalar o Dia Internacional das Raparigas teve lugar no dia 11 de outubro, no centro da juventude de Lisboa. A CIG, o ACM e a AFAFC, participaram ativamente

nesta conferência. Estiveram presentes 96 pessoas, fundamentalmente das comunidades de risco (ativistas, interlocutores privilegiados e dirigentes associativos das comunidades afetadas), peritos/as e ativistas nacionais e internacionais, estudantes do ensino básico e secundário, estudantes de cursos superiores de saúde e jornalistas.

#### **Medida 14**

*Introduzir o tema da MGF em comunicações proferidas em eventos nacionais e internacionais no âmbito das atribuições e competências de todas as entidades.*

A DGS apresentou uma comunicação intitulada “Abordagem, riscos ou formas de intervenção na MGF” no seminário “Prevenir a Mutilação Genital Feminina”, promovido pela Câmara Municipal de Odivelas, dirigido fundamentalmente a discentes do Instituto Superior de Ciências Educativas, com o objetivo de promover estratégias que contribuam para a informação, sensibilização e prevenção da Mutilação Genital Feminina e estimular a implementação de boas práticas nesta área.

Em 2017 a DGE organizou 4 Jornadas Regionais de Promoção e Educação para a Saúde, designadamente no Porto, Guimarães, Lisboa e Coimbra, entre os meses de março e abril. As jornadas destinam-se a coordenadores/as de educação para a saúde, diretores, outros docentes, alunos, pais, encarregados de educação, psicólogos e profissionais dos serviços locais de saúde. Nelas, abordou-se a temática da MGF.

No cumprimento desta medida, o Camões ICL reportou a participação da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação na Conferência Internacional “*She Decides*”, ocorrida a 2 de março, bem como a assinatura, por parte da mesma, em 17 de fevereiro, de uma carta conjunta com mais 9 Estados-Membros, dirigida à Alta Representante da UE e ao Comissário para a Cooperação para o Desenvolvimento, sobre Direitos e Saúde Sexual e Reprodutiva.

O SEF participou no lançamento da campanha de sensibilização ao combate à MGF, que decorreu no Aeroporto Internacional de Lisboa a 20 de julho de 2016 - “Direito a viver sem Mutilação Genital Feminina”, após o que tem contribuído com distribuição de panfletos da campanha e fornecendo ainda informação sobre MGF junto dos passageiros nos Aeroportos.

A P&D Factor e o Comité Nacional para o Abandono de Práticas Tradicionais Nefastas (CNAPN) e da Crianças apresentaram, em março, o trabalho realizado em Portugal e Guiné-Bissau no

âmbito do projeto de cooperação em curso, a responsáveis do UNFPA em março de 2017. A presidente do CNAPN, Fatumata Djau Baldé, apresentou comunicação no Evento Paralelo de Alto Nível UNFPA/SECI, por ocasião da 61ª sessão CSW, que teve lugar em março, em Nova Iorque. A P&D Factor e o CNAPN apresentaram comunicações e moderaram painel no Seminário *“Institucional Responses to FGM/C 3rd MAP-FGM International Seminar”* que teve lugar a 28 e 29 de setembro, no ISCTE-IUL. A P&D Factor fez ainda uma comunicação no Painel *«Focus on diaspora populations»* na *“International Parliamentarians’ Consultation- Upholding the Rights of Girls, Ending Female Genital Mutilation and Child Marriage”* que teve lugar em Marrocos, nos dias 2 e 3 de outubro, uma iniciativa da UNFPA e EPF. Estas atividades da P&D Factor são igualmente resposta à Medida 37.

No âmbito do seu 9º aniversário, a Associação dos Filhos e Amigos de Farim (AFAFC), proferiu uma intervenção sobre a MGF. Participaram nesta iniciativa diversas entidades e personalidades: diplomatas, autarcas e Organizações Não Governamentais das quais se destacam a APF, Associação dos Filhos e Amigos de Bula, Associação Islâmica da Tapada de Mercês, bem como ainda representante da associação francesa *“d’Excision, parlons-en!”*.

### **Medida 15**

*Estabelecer contactos com líderes religiosos e interlocutores privilegiados das comunidades imigrantes, com vista à prevenção e eliminação da MGF.*

A P&D Factor promoveu diversas reuniões com lideranças religiosas de diferentes comunidades (Terraços da Ponte, Amadora, Mercês e Mesquita Central de Lisboa), com a participação, entre outros/as, de Fatumata Djau Baldé e do Professor Malam Djassi. Foi ainda responsável por um Encontro na madrassa do Bairro Militar de Bissau, para o qual mobilizou 15 líderes religiosos. Destaca-se ainda uma reunião ocorrida na sede do CNAPN com dirigentes de associação de quadros muçulmanos. No final do ano em apreço, a P&D Factor reuniu com a equipa da Universidade Lusófona responsável pela pós-graduação em liderança islâmica, a fim de introduzir a problemática das práticas tradicionais nefastas e da MGF em particular, nos conteúdos programáticos.

## ÁREA ESTRATÉGICA 2 – INTEGRAR

### **Medida 16**

*Promover o associativismo e o empreendedorismo das mulheres imigrantes, particularmente as oriundas de países onde existam práticas tradicionais nocivas, nomeadamente a MGF.*

A APF formou 8 mulheres no âmbito da ação destinada a formar agentes de mudança (projeto “Change Plus”) e 9 mulheres no âmbito do projeto “CHAT”, com a mesma finalidade.

A P&D Factor apoiou 12 jovens e mulheres submetidas à prática que procuravam informação de como constituir uma associação e trabalhar com mulheres migrantes e afrodescendentes sobre Práticas Tradicionais Nefastas. Estas mulheres são provenientes de Guiné-Bissau, Moçambique e Senegal.

No âmbito do projeto “Fator M”, a AFAC formou 12 mulheres (64 horas), sobre diversos temas, designadamente, direitos humanos, igualdade de género, saúde materna, saúde sexual e reprodutiva, ativismo, práticas tradicionais nefastas (MGF e casamentos forçados), aspetos culturais e religiosos/tradição; mediação e intervenção comunitária e mapeamento de recursos, a nível local (na comunidade e no concelho de Sintra), regional (Região de Lisboa e Vale do Tejo) e a nível nacional.

### **Medida 17**

*Intervir em situações de MGF, através das linhas telefónicas de apoio/emergência nos domínios da saúde, da imigração, da sexualidade e do combate à violência.*

A P&D Factor apoiou 15 mulheres, 10 da Guiné-Bissau, 2 do Senegal e 3 de Moçambique.

A APF deu apoio a 1 mulher oriunda da Guiné Conacri com pedido de asilo por MGF.

No período em apreço não foi sinalizada qualquer situação de MGF, pelo Serviço de Informação às Vítimas de Violência Doméstica (CIG), pela Linha de Apoio ao Migrante/Serviço de Tradução Telefónica (ACM) ou pela Linha de Saúde Pública (Saúde 24).

### **Medida 18**

*Monitorizar a estrutura de Referenciação para casos de MGF e a plataforma de dados em saúde (PDS).*

A DGS produziu um relatório com a caracterização dos casos sinalizados na Plataforma de Dados de Saúde, até 24 de dezembro. Ao longo do ano, a DGS facultou regularmente informação sobre o número de casos e a sua breve caracterização, por solicitação da CIG.

### **Medida 19**

*Apoiar a Rede de Estudantes da CPLP, temporariamente residentes em Portugal.*

No cumprimento desta medida, a APF reportou as ações de formação de agentes comunitários que promoveu no âmbito dos projetos “Change Plus” (56 horas) e “CHAT” (18 horas), como contributos à capacitação de 6 jovens da Associação de Estudantes da Guiné-Bissau em Lisboa. Também a ação de formação que desenvolveu sobre Desenho de Projeto em MGF foi frequentada por 4 jovens da mesma associação. A APF selecionou ainda dois desses jovens para formação de 15 dias no Burquina Faso e no Uganda, sobre produção de pequenos filmes em MGF.

### **Medida 20**

*Atribuir bienalmente o Prémio MGF — Mudar aGora o Futuro.*

Foi aberto, pela CIG, concurso para candidaturas ao prémio MGF “Mudar aGora o futuro” (3ª edição), em outubro de 2016, tendo a CIG e o ACM envidado esforços no sentido de informar e sensibilizar todas as associações potencialmente interessadas, prestando ainda informações sobre o regulamento do mesmo. O júri do concurso veio a ser constituído por representantes da CIG, ACM e DGS.

Vieram a ser distinguidos os seguintes projetos, com início programado para janeiro de 2017:

«Fator M – Ativismo pelo fim da MGF» – entidade promotora: Associação dos Filhos e Amigos de Farim; âmbito territorial: Sintra;

«Pelo Fim da Excisão. Faço (p)arte» – entidade promotora: Associação Mulheres Sem Fronteiras; âmbito territorial: Grande Lisboa;

«Em Rede contra a Mutilação Genital Feminina II» – entidade promotora: Movimento Musqueba – Associação de Promoção e Valorização da Mulher Guineense; âmbito territorial: Odivelas.

### *ÁREA ESTRATÉGICA 3 – FORMAR*

#### ***Medida 21***

*Realizar ações de formação para profissionais de saúde.*

A 2ª edição do curso de pós-graduação sobre Mutilação Genital Feminina promovido pela Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Setúbal (ESS/IPS), no âmbito de um protocolo estabelecido com a CIG, a DGS, a APF e a ESS/IPS, deu cumprimento a esta medida, formando 30 profissionais de saúde (Vide Medida 7).

A APF desenvolveu uma ação de formação com a duração de 18 horas sobre MGF, dirigida a profissionais de saúde (maioritariamente de enfermagem e psicologia), em articulação com a Administração Regional de Saúde do Norte, nos dias 3, 4 e 5 de dezembro, tendo sido frequentada por 25 pessoas (19M/6H).

A DGS sinalizou um conjunto de ações de formação sobre MGF, realizadas pelos Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES). O ACES Arrábida deu formação sobre o tema aos profissionais de saúde da USF Castelo e UCSP Quinta do Anjo. No ACES Amadora foi realizada formação aos profissionais de saúde do ACES que contou com a presença de formadores das áreas da migração, saúde, justiça e intervenção comunitária. O ACES Cascais realizou: uma ação intitulada "Formação Gera Motivação contra a Mutilação Genital Feminina" destinada à equipa de Unidade Funcional UCC Cascais Care; uma Tertúlia intitulada "À conversa com... - Práticas nefastas à saúde da mulher e da criança- MGF e Casamento forçado" destinada à Equipa de Unidade Funcional S João do Estoril; 2 ações sobre Mutilação Genital Feminina destinadas à equipa de Obstetrícia do Hospital de Cascais e a internos da especialidade de Medicina Geral e Familiar; e finalmente, 1 ação sobre "Combate à Mutilação Genital Feminina Intervenção na comunidade" destinada a Inscritos nas Jornadas da UCF da Mulher e da Criança.

A DGS promoveu ações de sensibilização/formação e capacitação dos profissionais de saúde sobre prevenção e eliminação de práticas nefastas das seguintes Unidades de Saúde do ACES Almada Seixal: USF Pinhal Frades, USF Vista Tejo, USF CSI Seixal, USF Costa do Mar, USF Servir Saúde Seixal. Foram ainda realizadas 2 ações de formação aos profissionais do serviço de pediatria do Hospital Garcia de Orta, bem como 7 ações sobre MGF e Equipas de Prevenção da violência entre adultos (EPVA) destinadas a profissionais de saúde do Hospital Garcia de Orta.

Sublinhe-se ainda a introdução do tema da MGF em 2 ações de formação sobre o Programa Nacional para a Vigilância da Gravidez de Baixo Risco, destinada a profissionais de saúde dos cuidados de saúde primários na ARS Alentejo e na ARS Norte, bem como nas ações de formação sobre violência ao longo do ciclo de vida e crianças e jovens em risco, designadamente EPVA e NACJR, destinadas a profissionais das 5 Regiões de Saúde.

A P&D Factor ministrou formação sobre MGF a profissionais de saúde do Centro de Saúde de São João do Estoril, com a colaboração de Fatumata Djau Baldé e do Professor Malam Djassi (CNAPN).

## **Medida 22**

*Criação de um grupo multidisciplinar para replicação da formação, na sequência das ações desenvolvidas junto dos profissionais de saúde*

No período em apreço, foram realizadas diversas ações de formação destinadas a profissionais de saúde promovidas pelos ACES e hospitais, na sequência das formações pós-graduada na temática (das quais foi possível discriminar no presente relatório as desenvolvidas pelo ACES Lisboa; Vide Medida 21).

## **Medida 23**

*Realizar ações de formação para profissionais de mediação sociocultural, técnicos/as do Conselho Português para os Refugiados (CPR) e técnicos/as dos Centros de Apoio e Integração de Imigrantes.*

Um dos módulos da plataforma/curso *e-learning* “UEFGM – Unidos para Acabar com a MGF: Plataforma Europeia de Conhecimento para Profissionais que lidam com a Mutilação Genital Feminina” (APF), é exclusivamente dirigido à formação de profissionais do asilo. Vieram a

frequentar este curso 92 profissionais de diversas áreas e em maior número profissionais das áreas da saúde, proteção de crianças, educação e justiça.

O ACM disponibilizou aos/às técnicos/as dos Centros de Apoio e Integração de Imigrantes, 2 ações de formação ministradas pela Associação Mulheres Sem Fronteiras, durante o mês de setembro. Frequentaram estas ações, 14 pessoas (1H/13M). Esta formação foi replicada nos meses seguintes, desta vez dirigida especificamente a técnicos/as que trabalham no acolhimento a pessoas refugiadas, para um total de 26 mulheres e 1 homem.

A Associação Mulheres Sem Fronteiras, promoveu ainda 2 ações de formação, sob o título “Prevenção, Sensibilização e Combate a práticas tradicionais nefastas em particular à Mutilação Genital Feminina”. Estas ações tiveram a duração de 18 horas, cada (segundo o referencial da CIG/POPH-QREN) e destinaram-se a profissionais e voluntárias/os que prestam apoio técnico direto a requerentes de asilo e pessoas refugiadas das seguintes áreas: psicossocial, educação, desenvolvimento comunitário, jurídica, saúde. Esta iniciativa, concretizada em parceria com o ACM, dirigiu-se a 28 pessoas (27M/1F).

#### **Medida 24**

*Realizar ações de formação para agentes de cooperação.*

Esta medida não teve execução no ano em apreço.

#### **Medida 25**

*Realizar ações de formação para docentes de todos os níveis de ensino e formação técnico-profissionais de nível não superior, em particular docentes e coordenadores(as) da área temática da educação para a saúde.*

No período em análise, realizaram-se pelo ACES Arrábida, ações de formação junto da comunidade educativa, dirigida a docentes, educadores/as de infância e auxiliares de educação em 11 creches e jardins de infância de Setúbal.

A DGS dinamizou uma ação de formação sobre educação sexual em contexto escolar, na qual se integrou o tema da MGF. Esta ação teve a colaboração do ACES Lisboa Central e o Centro de Formação de Professores António Sérgio, tendo nela participado 30 docentes do 1º ciclo ao secundário.

A DGE reportou que, à semelhança dos anos precedentes, as ações de formação dirigidas a docentes têm sido desenvolvidas pelos Centros de Formação de Associações de Escolas, Ministério da Saúde e ONG, quando as necessidades são identificadas pelas escolas e no âmbito da sua autonomia.

### **Medida 26**

*Realizar ações de formação para pessoal não docente de todos os níveis de ensino.*

A CIG financiou projetos que levaram a cabo iniciativas de formação de pessoal não docente nas escolas, designadamente o projeto “Jovens com(n) Tradição”, em que o Grupo de Teatro do Oprimido de Lisboa formou funcionários/as da Escola Secundária da Baixa da Banheira em, em particular das auxiliares de ação educativa, ou o projeto IÁ-ÍA desenvolvido pela UMAR.

### **Medida 27**

*Realizar ações de formação para magistrados.*

A P&D Factor promoveu um debate sobre MGF no Centro de Estudos Judiciários, no dia 6 de janeiro, em Lisboa.

### **Medida 28**

*Realizar ações de formação para órgãos de polícia criminal.*

No período em apreço, foram realizadas 4 ações de formação internas a inspetores do SEF que desempenham funções quer nas fronteiras, quer nas Direções Regionais deste serviço. Foi ainda ministrada formação aos Inspetores estagiários do VI curso de formação dos Inspetores

do SEF. Nestas formações foi abordada a problemática da MGF, sua definição, desafios e formas de combate. As formações contaram com a presença de cerca de 100 Inspetores/as.

#### **Medida 29**

*Realizar ações de formação para profissionais de comunicação social.*

A P&D Factor realizou uma ação de formação com a duração de 3 dias dirigida a jornalistas das rádios comunitárias, imprensa, televisão e animadores, em Bissau. Participaram nesta ação, 30 jornalistas (20M/10H).

#### **Medida 30**

*Realizar ações de formação para as equipas das linhas telefónicas de apoio nos domínios da saúde, da imigração, da sexualidade e do combate à violência.*

Um técnico da Linha de Apoio ao Migrante participou nas ações de sensibilização referidas na medida 23, asseguradas pela associação Mulheres sem Fronteiras.

#### **Medida 31**

*Realizar ações de formação para elementos das CPCJ.*

O ACES Arrábida ministrou formação intitulada “Prevenção e Erradicação de Práticas Nefastas – Mutilação Genital Feminina” a elementos da CPCJ de Setúbal.

A CIG e a CNPDPCJ realizaram, em Faro, no dia 8 de março, uma ação de formação para dirigentes e técnicos do Centro Distrital de Faro. Esta ação contou com a participação de 50 pessoas (49M/1H).

### **ÁREA ESTRATÉGIA 4 – CONHECER**

#### **Medida 32**

*Acompanhar a realização e garantir a divulgação do estudo de prevalência sobre MGF em Portugal.*

O estudo de prevalência sobre a MGF foi divulgado na generalidade das ações de sensibilização e de formação sobre MGF ocorridas em 2017, promovidas pelas entidades que integram o grupo e trabalho sobre MGF (Vide área estratégica 3 – Formar).

### **Medida 33**

*Sinalizar o número de casos de MGF em meninas, identificados no âmbito da atividade da CNPCJR.*

Medida calendarizada e executada em 2014.

### **Medida 34**

*Monitorização de número de casos de MGF em meninas, raparigas e mulheres.*

Em 2017, a CNPDPCJ registou oito processos de promoção e proteção abertos em CPCJ, decorrentes de sinalizações de situações de perigo de MGF em meninas, das quais 3 dos 6-10 anos, 2 dos 11- 14 anos e 3 dos 15-17 anos.

No mesmo período, o SEF teve conhecimento e acompanhou 1 caso de MGF, envolvendo uma vítima (uma menina de 6 anos).

Não foi rececionado na Linha de Atendimento ao Imigrante, da responsabilidade do ACM, qualquer situação de MGF.

### **Medida 35**

*Manter atualizada a informação online e hiperligações sobre MGF.*

O conjunto de organizações que integram o grupo de trabalho responsável pela execução do Programa de Ação atualizaram informação nos seus *websites*.

### **Medida 36**

*Recolher e fornecer informação atualizada sobre áreas geográficas onde se justifique reforçar campanhas de prevenção social sobre a MGF.*

O MAI, mais concretamente, o SEF, disponibiliza informação atualizada sobre a população estrangeira residente em Portugal (mapeamento). Os últimos dados são relativos a 2016 e encontram-se disponíveis no SEFSTAT, Portal de Estatística.

## ÁREA ESTRATÉGIA 5 – COOPERAÇÃO

### **Medida 37**

*Contribuir para a integrações das questões da MGF junto de organizações nacionais, europeias e internacionais.*

A APF participou em eventos internacionais nos quais interveio sobre a temática da MGF, nomeadamente: *“End FGM Network - Strategic Plan workshop”, “Annual Colloquium on Fundamental Rights”; “European Exchange Meeting and the Final Conference”; “European Forum to Build Brigades on FGM”; “Twinning Programme Lisbon”* (a qual contou também com a participação da DGS); e finalmente *“Twinning Programme Zaragoza”*.

O CAMÕES ICL participou na Conferência Internacional *“She Decides”*, e que contou com a presença da Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação. Destaca-se ainda a assinatura, pela Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, de uma carta conjunta com mais 9 Estados-Membros, dirigida à Alta Representante da UE e ao Comissário para a Cooperação para o Desenvolvimento, sobre Direitos e Saúde Sexual e Reprodutiva. Esta atividade dá igualmente cumprimento à Medida 40.

A P&D Factor e o Comité Nacional para o Abandono de Práticas Tradicionais Nefastas (CNAPN) (Guiné-Bissau) apresentaram, em março, o trabalho realizado em Portugal e na Guiné-Bissau no âmbito do projeto de cooperação em curso, a responsáveis do UNFPA. A presidente do CNAPN, Fatumata Djau Baldé, apresentou comunicação no Evento Paralelo de Alto Nível UNFPA/SECI, por ocasião da 61ª sessão CSW, que teve lugar em março, em Nova Iorque. A P&D Factor e o CNAPN apresentaram comunicações e moderaram painel no Seminário *“Institucional Responses to FGM/C 3rd MAP-FGM International Seminar”*. A P&D Factor fez ainda uma comunicação no Painel *«Focus on diaspora populations»* na *“International Parliamentarians’ Consultation- Upholding the Rights of Girls, Ending Female Genital Mutilation and Child Marriage”*, uma iniciativa da UNFPA e EPF.

### **Medida 38**

*Promover a inclusão, em acordos de cooperação bilaterais e multilaterais de mecanismos que promovam e privilegiem a entrada de meninas no sistema de ensino, numa perspetiva de continuidade, até completarem o ensino obrigatório.*

Segundo o CAMÕES ICL, em 2017 foram assinados Programas Estratégicos de Cooperação (PEC) entre Portugal e Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Estes Programas Estratégicos têm como um dos setores prioritários a Educação e a temática da igualdade de género é transversal em todo os Programas. Esta atividade dá igualmente cumprimento à Medida 40.

### **Medida 39**

*Divulgar a informação relativa ao estatuto de asilo ou refugiado para mulheres e meninas em risco de MGF.*

O Gabinete de Asilo e Refugiados do SEF deu o seu contributo para a elaboração do manual sobre MGF (traduzido e adaptado para português, “MGF – Guide à l’usage des professions concernées”, da autoria da GAMS Belgique - Groupe pour l’abolition des mutilations sexuelles), carreando informação sobre a concessão do estatuto de refugiado e a emissão de autorização de residência de refugiado em caso de receio fundado de sofrer MGF.

As ações de formação promovidas pela associação Mulheres sem Fronteiras mencionadas em Área Estratégica 1- Medida 1, destinaram-se a profissionais e voluntárias/os que prestam apoio técnico direto a requerentes de asilo e pessoas refugiadas das seguintes áreas: psicossocial, educação, desenvolvimento comunitário, jurídica, saúde. Esta iniciativa, concretizada em parceria com o ACM, dirigiu-se a 28 pessoas (27M/1H).

### **Medida 40**

*Apoiar os decisores técnicos e políticos na preparação de documentos que versem a temática da MGF.*

Como referido acima, o CAMÕES ICL participou na Conferência Internacional “She Decides”, que contou com a presença da Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação.

Em 2017 foram assinados Programas Estratégicos de Cooperação (PEC) entre Portugal e Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe, nos quais a temática da igualdade de género figura transversalmente. Estas atividades desenvolvidas pelo CAMÕES ICL dão igualmente resposta às Medidas 37 e 38.

#### **Medida 41**

*Promover o desenvolvimento de projetos de cooperação que incluam as temáticas dos DH, Direitos das Crianças, saúde materno-infantil, direitos sexuais e reprodutivos e doenças sexualmente transmissíveis, incluindo o VIH/SIDA, tendo em vista o abandono de todas as práticas tradicionais nocivas, nomeadamente a MGF.*

O CAMÕES ICL reportou o cofinanciamento de 2 projetos desenvolvidos pelo FNUAP, designadamente um projeto a ter lugar em Moçambique intitulado “Apoio a mulheres afetadas pela Fístula obstétrica”, e um outro projeto a decorrer na Guiné-Bissau com o título “Acelerar a redução da mortalidade materna na região de Bijagós: construir respostas para as mulheres grávidas (construção de um bloco operatório em Bubaque).”

#### **Medida 42**

*Implementar um Projeto de Cooperação com a Guiné-Bissau para combate à MGF.*

Com o apoio da Secretaria de Estado para a Cidadania e Igualdade, a P&D Factor iniciou a 1 de junho e com a duração prevista de 1 ano, um projeto de Cooperação intitulado “Meninas e Mulheres - Educação, Saúde, Igualdade e Direitos”. Nesse âmbito, e no período em apreço, tiveram lugar 2 missões de trabalho (à Guiné-Bissau em julho e a Portugal em outubro). Destaca-se a apresentação do projeto em Bissau, Centro Cultural Português/ Embaixada de Portugal, evento que congregou cerca de 80 participantes nacionais e internacionais (Parlamentares, Organizações da Sociedade Civil, Sistema das Nações Unidas, Representantes da UE, Corpo Diplomático, Imprensa). Sublinham-se ainda a realização da campanha “#Simigualdade”, e as múltiplas reuniões com profissionais, comunidades, organizações da sociedade civil, entidades oficiais e Sistema das Nações Unidas. No período em análise, realizaram-se ainda ações de formação que mobilizaram 30 jornalistas, 40 imãs e 50 mulheres ativistas. Destacam-se finalmente as ações em 10 Bairros do Sector Autónomo de Bissau entre

os meses de julho e novembro, as quais abrangeram 1064 Raparigas, 464 Rapazes, 976 Mulheres, e 535 Homens, envolvendo 25 associações.

#### **IV - Conclusões e Apreciação Global**

Em 2014, o III PAPEMGF teve uma taxa de execução de **91,6%** (Quadro I). Durante o período correspondente à fase final da XII legislatura (até ao último trimestre de 2014), o Grupo de Trabalho Intersectorial sobre MGF refletiu criticamente sobre os resultados alcançados pelo I PAEMGF e pelo II PAEMGF, tendo reconhecido a necessidade de se introduzir uma nova dinâmica no *modus operandi* do grupo e nas intervenções que lhe estavam atribuídas. Estabeleceram-se pois novas linhas de orientação, que decorrem em grande medida da inclusão de novas organizações no grupo de trabalho.

A CIG iniciou em 2014 e atribui com periodicidade bienal, o Prémio “Contra a MGF – Mudar aGora o Futuro”. Este prémio tem por objetivo apoiar e capacitar as associações sem fins lucrativos para o desenvolvimento de projetos que contribuam para a erradicação da MGF, em particular aquelas associações que, desenvolvendo um trabalho de base territorial muito eficaz, reconhecidamente não possuem os recursos necessários à obtenção de financiamento pelas fontes tradicionais, para o desenvolvimento de projetos-soluções também elas muito específicas e tendencialmente não enquadráveis nos referenciais propostos, porquanto muito à medida dos públicos e seus contextos e circunstâncias.

O envolvimento direto das comunidades no combate à MGF tem sido extremamente útil e necessário na facilitação do diálogo com as comunidades onde o risco existe, sob o princípio do respeito pelos seus valores e quadros de referência culturais.

Iniciaram-se ainda em 2014 cursos de pós-graduação em mutilação genital feminina, em duas escolas superiores de enfermagem da Área Metropolitana de Lisboa, dirigido a profissionais que exercem a sua atividade em equipamentos de saúde nas áreas geográficas consideradas de maior risco. Durante o período de vigência do PAPEMGF realizaram-se 4 edições deste curso, tendo sido abrangidos 120 profissionais de saúde, os quais vieram a desenvolver projetos de intervenção nos seus contextos específicos de trabalho, tendo vindo a assumir o papel de multiplicadores de formação sobre este tema, internamente nas organizações onde trabalham, e externamente nas comunidades envolventes.

Ainda neste primeiro ano de vigência do III PAPEMGF, foi criado, pela Direção-Geral da Saúde, um sistema de registo informático dos casos de MGF (Plataforma de Dados da Saúde), detetados no âmbito do Sistema Nacional de Saúde. A partir do mês de abril de 2014, tem vindo a ser extraídos dessa plataforma, dados que possibilitam caracterizar e melhor conhecer a realidade desta prática.

Em 2014, foram executadas 33 das 36 medidas previstas no III Programa de Ação para a Prevenção e Eliminação da Mutilação Genital Feminina 2014-2017 calendarizadas especificamente para 2014 ou para *“Durante toda a vigência do Plano”*.

Do total das 36 medidas para as quais não foi reportada qualquer tipo de atividade, apenas 1 (medida 33) se encontrava calendarizada especificamente no PAPEMGF para o ano de 2014, o que, em rigor, poderia configurar uma execução de 97,2%.

### Quadro I

Quadro com ponto da situação da execução das medidas do III Programa de Ação para a Prevenção e Eliminação da Mutilação Genital Feminina, em 2014.

Áreas Estratégicas	N.º total de medidas	N.º de medidas previstas para 2014 ou “Durante toda a Vigência do Plano”	N.º de medidas executadas em 2014	Porcentagem de medidas executadas em 2014
1 - Prevenir	15	12	12	100%
2 - Integrar	5	4	4	100%
3 - Formar	11	10	9	90%
4 - Conhecer	5	4	3	75%
5 - Cooperação	6	6	5	83,3%
<b>TOTAL</b>	<b>42</b>	<b>36</b>	<b>33</b>	<b>91,6%</b>

Durante o ano de 2015, o Grupo de Trabalho Intersectorial sobre MGF realizou um conjunto de intervenções, que garantiram o cumprimento a **94,2%** das medidas/atividades previstas no III PAPEMGF (Quadro II).

Tal percentagem corresponde ao cumprimento de 33 das 35 medidas calendarizadas especificamente para 2015 ou para “Durante toda a vigência do Programa”.

Nenhuma das 2 medidas para as quais não foi reportada qualquer tipo de atividade (medidas 29 e 42), se encontrava calendarizada especificamente para o ano de 2015, pelo que, sem falha de rigor, se poderia considerar, em 2015, uma execução de 100%.

Destaca-se neste ano, a disponibilização de um estudo de prevalência da MGF em Portugal (*Mutilação Genital Feminina: prevalências, dinâmicas socioculturais e recomendações para a sua eliminação*), estudo esse que disponibiliza informação relevante ao desenvolvimento de estratégias e metodologias mais ajustadas à realidade da MGF em Portugal e das comunidades que a praticam.

Os trabalhos subsequentes procuraram integrar as recomendações constantes neste estudo.

## Quadro II

### Quadro com ponto da situação da execução das medidas do III Programa de Ação para a Prevenção e Eliminação da Mutilação Genital Feminina, em 2015.

Áreas Estratégicas	N.º total de medidas	Nº de medidas previstas para 2015 ou <i>“Durante toda a Vigência do Plano”</i>	N.º de medidas executadas em 2015	Percentagem de medidas executadas em 2015
1 - Prevenir	15	12	12	100%
2 - Integrar	5	4	4	100%
3 - Formar	11	10	9	90,9%
4 - Conhecer	5	3	3	100%
5 - Cooperação	6	6	5	83,3%
<b>TOTAL</b>	<b>42</b>	<b>35</b>	<b>33</b>	<b>94,2%</b>

O III PAPEMGF teve, em 2016, um grau de execução de **96,7%**, o que corresponde a um incremento de 2,5 pontos percentuais, relativamente ao ano anterior (Quadro III).

Neste período, desenvolveram-se atividades que deram cumprimento a 30 das 31 medidas previstas no III PPEMGE, calendarizadas especificamente para 2016 ou para “Durante toda a vigência do Programa”.

A única medida para a qual não foi reportada qualquer tipo de atividade (Medida 42) não se encontrava calendarizada especificamente no PPEMGE para esse ano.

Acresce que em 2016 executaram-se algumas medidas não previstas para esse ano, por ação de um esforço suplementar das entidades, atentas às necessidades e oportunidades surgidas.

Destaca-se, em 2016, a realização da campanha aeroportuária “Direito a Viver sem Mutilação Genital Feminina”, lançada no dia 20 de julho, no aeroporto Humberto Delgado, em Lisboa, assim como no aeroporto Osvaldo Vieira, em Bissau, através do Comité Nacional para o Abandono das Práticas Tradicionais Nefastas, entidade parceira deste projeto. Esta campanha, consubstanciada na distribuição de folhetos e afixação de cartazes, passou a estar desde então, em permanência, em todos os aeroportos nacionais (Lisboa, Porto e Faro) durante os períodos de férias escolares de Páscoa e Verão. Esta foi uma iniciativa conjunta do Governo de Portugal através da Secretaria de Estado para a Cidadania e Igualdade e de várias entidades públicas e privadas de Portugal e do Comité Nacional para o Abandono das Práticas Tradicionais Nefastas, da Guiné-Bissau.

Destaca-se, nesse ano, a elaboração, publicação e disseminação de orientações técnicas (manual de procedimentos) sobre MGF, para profissionais das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, pela Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco, assim como a 1ª edição de uma iniciativa que veio a replicar-se nos anos subsequentes, intitulada “Encontro Regional pelo Fim da Mutilação Genital Feminina”, uma iniciativa da sociedade civil, à qual se associam a CIG, o ACM e algumas autarquias da área da Grande Lisboa. Este encontro anual tem como objetivo promover a discussão sobre a Mutilação Genital Feminina, conhecer e mapear os projetos e ações em curso, bem como identificar as respostas existentes, os constrangimentos ao trabalho nesta área e algumas propostas de soluções com vista a uma intervenção integrada.

Assinala-se também, neste ano, o convite feito pela CIG, na qualidade de entidade coordenadora do Programa de Ação, a mais organizações da sociedade civil para participarem nos trabalhos do grupo de trabalho responsável pela implementação do III PPEMGE. Tratam-se, na sua maioria, de associações de imigrantes, representativas das comunidades de risco. Este reforço na implicação ativa das associações na conceção e implementação das políticas

públicas de combate à MGF decorre do entendimento de que as relações de proximidade privilegiadas que estabelecem com as comunidades, bem como o conhecimento vivido das suas especificidades socioculturais, resultarão mais eficazes no diálogo com as comunidades onde o risco existe, sob o princípio do respeito pelos seus valores e quadros de referência culturais.

### Quadro III

**Quadro com ponto da situação da execução das medidas do III Programa de Ação para a Prevenção e Eliminação da Mutilação Genital Feminina, em 2016.**

Áreas Estratégicas	N.º total de medidas	Nº de medidas previstas para 2016 ou “Durante toda a Vigência do Plano”	N.º de medidas executadas em 2016	Percentagem de medidas executadas em 2016
1 - Prevenir	15	11	11	100%
2 - Integrar	5	4	4	100%
3 - Formar	11	8	8	100%
4 - Conhecer	5	2	2	100%
5 - Cooperação	6	6	5	83,3%
<b>TOTAL</b>	<b>42</b>	<b>31</b>	<b>30</b>	<b>96,7%</b>

Finalmente, no último ano de vigência do III PPEMFG, em 2017, foram implementadas, 30 das 32 medidas previstas no III PPEMFG, calendarizadas especificamente para 2017 ou para “Durante toda a vigência do Programa”, o que corresponde a uma taxa de execução de **93,75%** (Quadro IV).

As 2 medidas não executadas, encontravam-se calendarizadas para “Durante toda a vigência do Programa” e conheceram resultados nos anos anteriores.

Consolidaram-se, em 2017, os resultados do trabalho desenvolvido nos anos precedentes e consubstanciaram-se as ações desenvolvidas no âmbito da área estratégica da cooperação, por força do projeto promovido pela P&D Factor em parceria com o Comité Nacional para o Abandono de Práticas Nefastas, no âmbito do qual têm vindo a realizar múltiplas intervenções em Lisboa e em Bissau. Saliente-se o facto de este ser o primeiro projeto de cooperação especificamente dedicado à Mutilação Genital Feminina, realizado entre Portugal e um país praticante.

#### Quadro IV

**Quadro com ponto da situação da execução das medidas do III Programa de Ação para a Prevenção e Eliminação da Mutilação Genital Feminina, em 2017.**

Áreas Estratégicas	N.º total de medidas	Nº de medidas previstas para 2017 ou “Durante toda a Vigência do Plano”	N.º de medidas executadas em 2017	Percentagem de medidas executadas em 2017
1 - Prevenir	15	11	11	100%
2 - Integrar	5	4	4	100%
3 - Formar	11	8	6	75%
4 - Conhecer	5	3	3	100%
5 - Cooperação	6	6	6	100%
<b>TOTAL</b>	<b>42</b>	<b>32</b>	<b>30</b>	<b>93,75%</b>

A taxa de execução global do III Programa de Ação, considerando todo o período de vigência, alcança os 100%. A esmagadora maioria das medidas nele constantes, conheceram concretizações em todos os anos (Quadro V).

#### Quadro V

#### Execução do III Programa de Ação para a Eliminação e Prevenção da Mutilação Genital Feminina

#### RESULTADOS FINAIS 2014 - 2017

<b>Medidas</b>	<b>N.º de medidas</b>	<b>Nº de medidas executadas</b>	<b>Porcentagem de medidas executadas</b>
1 - Prevenir	15	15	<b>100%</b>
2 - Integrar	5	5	<b>100%</b>
3 - Formar	11	11	<b>100%</b>
4 - Conhecer	5	5	<b>100%</b>
5 - Cooperação	6	6	<b>100%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>42</b>	<b>42</b>	<b>100%</b>

## SIGLAS UTILIZADAS

ACES – Agrupamentos de Centros de Saúde  
ACM - Alto Comissariado para as Migrações  
ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados  
AEGBL - Associação de Estudantes da Guiné-Bissau em Lisboa  
AFAFC – Associação dos Filhos e Amigos de Farim  
AJPAS – Associação de Intervenção Comunitária, Desenvolvimento Social e de Saúde  
AMRT – Associação de Melhoramentos e Recreativo do Talude  
APF - Associação para o Planeamento da Família  
ARS - Administração Regional de Saúde  
Camões ICL – Camões, Instituto da Cooperação e da Língua  
CIG - Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género  
CNAPN - Comité Nacional para o Abandono de Práticas Nefastas  
CNPJCR - Comissão Nacional da Proteção das Crianças e Jovens em Risco  
CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens  
CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa  
CPR - Conselho Português para os Refugiados  
CSM - Conselho Superior da Magistratura  
CSW - Commission on the Status of Women  
DGE - Direção Geral de Educação  
DGPJ – Direção-Geral de Política de Justiça  
DGS - Direção Geral da Saúde  
EPJ - Escola da Polícia Judiciária  
EPVA - Equipas de Prevenção da Violência entre Adultos  
ESEL – Escola Superior de Enfermagem de Lisboa  
ESS/IPS – Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Setúbal  
FNUAP – Fundo das Nações Unidas para a População  
GAEM – Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo Imigrante  
GAMS - Groupe pour l’abolition des mutilations sexuelles  
HFF – Hospital Dr. Fernando Fonseca (Amadora Sintra)  
IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP  
MAI - Ministério da Administração Interna  
MGF - Mutilação Genital Feminina  
NHACJR - Núcleo Hospitalar de Apoio a Crianças e Jovens em Risco  
OIM - Organização Internacional para as Migrações  
ONG - Organização Não-Governamental  
PAPEMGF – Programa de Ação para a Prevenção e Eliminação da Mutilação Genital Feminina  
PDS - Plataforma de Dados de Saúde

PEI - Promoção do Empreendedorismo Imigrante

PGR - Procuradoria-Geral da República

POPH/QREN - Programa Operacional Potencial Humano/ Quadro de Referência Estratégico Nacional

SECI – Secretaria de Estado para a Cidadania e Igualdade

SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

UCC - Unidade de Cuidados na Comunidade

UEFGM - United to End Female Genital Mutilation

UMAR - União das Mulheres Alternativa e Resposta

UNFPA - United Nations Population Fund

USF – Unidade de Saúde Familiar